



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 2159/2021)**

Acrescentem-se inciso V ao *caput* do art. 35, §§ 1º e 2º ao art. 35, § 4º ao art. 36 e art. 37-1 à Seção VI do Capítulo II; e dê-se nova redação ao *caput* do art. 36 do Projeto, nos termos a seguir:

**“Art. 35. ....**

**V – consulta livre, prévia e informada.**

**§ 1º** As decisões das autoridades licenciadoras devem, em sua fundamentação, levar em consideração as contribuições produzidas pelas formas de participação pública previstas nos incisos I a V deste artigo.

**§ 2º** As manifestações produzidas pelas formas de participação pública previstas nos incisos I a V deste artigo farão parte da documentação do processo de licenciamento ambiental.”

**“Art. 36.** Será realizada pelo menos 1 (uma) audiência pública presencial nos processos de licenciamento ambiental de atividades ou de empreendimentos sujeitos a EIA nas seguintes situações:

**I –** antes da elaboração do TR, quando assim a autoridade licenciadora julgar necessário;

**II –** antes da decisão final sobre a emissão da LP.

**§ 4º** Nos processos de atividades ou empreendimentos não sujeitos ao EIA, podem ser realizadas reuniões participativas, semelhantes às audiências públicas, com rito simplificado, a critério da autoridade licenciadora.”

**“Art. 37-1.** A consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e tribais estabelecida pela Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) deve ser realizada pela autoridade competente, por meio das



instituições representativas dos povos interessados e de acordo com seus próprios procedimentos, respeitados os protocolos de consulta existentes.

**Parágrafo único.** Os resultados da consulta livre, prévia e informada de que trata o *caput* deste artigo serão comunicados à autoridade licenciadora.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente reenumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Propomos nesta emenda o aprimoramento das modalidades de participação pública nos processos que envolve instalação de empreendimentos e atividades e áreas em que estão presentes qualquer um dos 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais.

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Empregam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos de geração em geração.

No Brasil, Povos e Comunidades Tradicionais são representados por 28 segmentos que constituem parcela significativa da população e ocupam parte considerável do território nacional. São oficialmente reconhecidos pelo Decreto 6.040, de fevereiro de 2007, e representados pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Estão presentes em todos os biomas – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinho-Costeiro.

A aplicação da Consulta Prévia, Livre e Informada, conforme estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 169), ratificada pelo Brasil e consolidada como Ato Normativo através do Decreto Nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, é fundamental para garantir os direitos das comunidades tradicionais, como pescadores artesanais, quilombolas e povos indígenas, em processos decisórios que afetam seus territórios e modos de vida.



Os Protocolos de Consulta são instrumentos essenciais para assegurar que Povos e Comunidades Tradicionais participem de forma autônoma e informada em políticas, planos e projetos que impactam a qualidade ambiental de seus territórios. A 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF) declara em seu Enunciado 6CCR nº 49 que " a realização de audiências públicas no âmbito do licenciamento ambiental não se confunde, não supre e não substitui a necessidade de consulta, prévia, livre e informada, nos termos previstos na Convenção nº 169 da OIT, sempre que povos indígenas e comunidades tradicionais possam ser afetados em seus interesses e direitos, ainda que seus territórios não tenham sido identificados, delimitados ou demarcados".

Em seu Enunciado nº 47 o MPF declara o entendimento que "a autodeclaração dos territórios tradicionais por povos e comunidades tradicionais é legítima e gera repercussões jurídicas, independentes e incidentais aos procedimentos de reconhecimento e titulação estatal, e deve influenciar e induzir políticas públicas diversas, tais como as relacionadas às questões fundiárias e ambientais. Nesse sentido, é dever do Ministério Público Federal defender tais iniciativas extrajudicialmente e judicialmente".

Importante perceber que quando a Consulta Prévia, Livre e Informada não é devidamente implementada, aumentam-se os conflitos socioambientais, a vulnerabilização de grupos tradicionais e a degradação de ecossistemas essenciais para sua subsistência, como observado em diversos casos de empreendimentos instalados ao longo da zona costeira e que afetaram diretamente atividades de extrema relevância como a pesca artesanal.

Desta forma, a efetivação desse mecanismo fortalece a justiça ambiental, evitando violações de direitos para populações historicamente foram excluídas dos processos decisórios em seus próprios territórios, além de reduzir possíveis judicializações, considerando os entendimentos expressos nos



enunciados da 6ª Câmara do MPF que trata de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal.

Sala das sessões, 21 de maio de 2025.

**Senador Humberto Costa**  
**(PT - PE)**

